

A ciência do sonho de Lacan

Lacan's Science Dream

João José R. L. de Almeida¹

¹ FCA/UNICAMP
joao.almeida@fca.unicamp.br

Resumo: proponho analisar nos termos de uma teoria das pressuposições e da teoria dos atos de fala o artigo de Lacan intitulado “A Ciência e a Verdade”, publicado originalmente em 1966. Neste sentido, o principal interesse do artigo é contribuir com uma discussão epistemológica atual da psicanálise mediante um exemplo bem localizado de visão da ciência publicado há quase meio século.

Palavras chave: Lacan; ciência; verdade; racionalismo; pressuposição.

Abstract: this article analyzes one of the most known texts written and published by Lacan in his *Écrits* in 1966, entitled “Science and Truth”. This analysis is made through a sort of combination of theory of presuppositions and theory of speech acts. The main focus is to evoke a localized epistemological discussion from almost a half century ago to contribute to a present view of the relationship between psychoanalysis and science.

Key-words: Lacan; science; truth; Rationalism; presupposition.

Uma hipótese de proporcionalidade razoável que poderia ser estabelecida no caso de textos de Lacan em geral, seria uma função que determinasse a dose de performatividade presente no artigo em relação à monta de informações novas passadas ao leitor. Mas presumo que apenas sugerir essa correlação pode, desde logo, desagradar muita gente, porque a atitude pareceria dizer que o valor cognitivo desses textos estaria subestimado. Entretanto, se alguém acredita que um texto teórico com baixa quantidade informação, no caso de que isso pudesse realmente ser medido, representasse por si só um demérito, poderia redarguir que tais valorações dependem crucialmente dos nossos supostos. Talvez a conjectura epistemológica mais comum para todas as ciências em geral preconize um máximo de informação para um mínimo de performatividade; mas há quem pense que o bom é justamente o contrário, como aparentemente evocam os exemplos de Feyerabend² e de Santos³, somente para citar os trabalhos mais notáveis.

Epistemologias anarquistas ou militantes à parte, no caso de textos teóricos da psicanálise a característica performativa parece ser um dado linguístico ainda mais adequado aos seus propósitos, porque harmonizaria perfeitamente com as situações para as quais a teoria se faz necessária: o *setting* analítico. Obviamente a teoria psicanalítica pretende produzir conhecimento para ser usado no *setting* analítico, e pretende que este, por sua vez, dê algum retorno à teoria, em analogia com a clássica imagem hipotético-dedutiva do conhecimento científico. Mas que tipo de conhecimento lhe é mais propício: aquele que aperfeiçoa a sua técnica enfrentando, para isso, desafios contemporâneos que lhe são

² FEYERABEND, P. *Against method. Outline of an anarchistic theory of knowledge*. 1975

³ SANTOS, B. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 2000

propostos, ou aquele que transmite às demais ciências, sobretudo às ciências sociais e à filosofia, as descobertas que só ela é capaz de fazer?

Proponho um título propositalmente recursivo para sugerir uma discussão nesse sentido. O sonho do título pode ser o nosso com a ciência de Lacan, ou pode ser o de Lacan com a ciência. O mais importante aqui talvez seja lembrar que a psicanálise surgiu na cultura ocidental como a ciência do sonho, como a disciplina que reivindicou ter sido a primeira a levar o sonho a sério e, para isso, apresentou uma teoria e um método científico. Freud, para cumprir sua aspiração, inseriu-se numa forma de empirismo naturalista. Mas Lacan, crítico da naturalização da psicologia, adotou uma espécie de racionalismo mais afeito às suas circunstâncias e aos seus propósitos específicos.

Para separar um pouco uma coisa da outra, isto é, a relação entre psicanálise e ciência para Lacan, e a nossa relação com a ciência de Lacan, vou também fazer uma pequena distinção entre dois grupos inferenciais distintos: (1) pressuposições sobre a ciência, em geral, e (2) pressuposições sobre o papel da psicanálise com relação ao que poderíamos chamar, baseados em (1), de imagem da ciência, para sublinhar o caráter construtivo e particular dessa relação.

Para defender essa distinção de grupos inferenciais, convém esclarecer o que chamo de pressuposições e por que convoco a noção de operações inferenciais para o meu argumento. Sob o conceito de pressuposição indico um sistema de relações linguístico-pragmáticas que opera, em cadeias de consequências não lógicas, blocos de informação, convicções ou crenças assumidas como verdadeiras, na forma de uma precondição que garante, performativamente, o proferimento de determinados tipos de sentenças, assim como a tomada de certos tipos de atitude ou de ação, no interior de certos contextos⁴. Como não se trata de uma inferência lógica, tal como a dedução, não há condições suficientes que fundamentem alguma relação de consequência veri-funcional, mas apenas condições necessárias para este tipo particular e pragmático de inferência. Por exemplo, a sentença “Esta suposição está na sua cabeça”, sendo um proferimento sincero, pressupõe, por parte de quem a diz, a crença de que o interlocutor tenha uma “cabeça” e, talvez dentro dela, uma “suposição”; e a sentença “O atual rei da França é calvo”, nas mesmas condições, pressupõe a existência de um monarca de cabeça pelada governando a França no tempo presente. Do que resulta facilmente uma *condição de derogabilidade* das pressuposições, caso se aceite sua inconsistência com outra suposição de fundo ou com outro conhecimento de mundo. Aceitar,

⁴ cf. Huang, 2011, pp. 397-421

por exemplo, que a França não é mais uma monarquia, ou que suposições não ficam dentro de cabeças. Pode-se, entretanto, segundo o argumento, agir de acordo com tais pressuposições, ou, pelo menos, pressupor que pressuposições como essas formam um quadro geral ou uma armação mental que serve, digamos assim, como suporte para justificar o sentido de nossas afirmações e ações.

O sentido da relação entre psicanálise e ciência estaria assim, nos termos aqui propostos, ligado ao uso das afirmações dos seus teóricos sobre essa relação. Quero dizer, não haveria, nos termos desta análise, como tratar tais condições senão pelos proferimentos ou pelos atos de fala que, no caso aqui em pauta, vêm por escrito. Quando empregadas, tais expressões carregam suas próprias pressuposições.

Adicionalmente, esclareço que não há simetria na relação entre psicanálise e ciência. Se houver afirmações da ciência (ou das várias ciências, se quisermos) sobre a psicanálise, estas devem acarretar, naturalmente, outro tipo de problema, com outros tipos de pressuposições. Por isso, como verá o leitor quando evocar ao final um famoso sonho narrado por Freud, não vou mencionar o sonho do pai com o filho, só o do filho com o pai.

Cabe dizer ainda que mesmo que seja possível discutir sobre uma coleção ampla e heterogênea de fenômenos muito diferentes quando se trata do tema filosófico da “pressuposição”⁵, vou me concentrar apenas numa de suas possíveis espécies: no nosso caso, uma espécie de descrição definida, talvez equivalente a nomes de propriedades linguísticas associadas a estados psicológicos,⁶ constantes nas pressuposições de expressões que utilizam substantivos tais como “verdade”, “saber”, “objeto”, “causa”, “a ciência”, “sujeito”, “falta”, “significante” e, finalmente, “linguagem”, que ocorrem no texto aqui examinado.

Pode parecer estranho, mas nossa discussão se nutre de apenas um texto, de um só autor, com uma data bem localizada. E toma, de modo canhestro, sentenças escritas por atos de fala. O texto é “A ciência e a verdade”⁷, aqui tratado pelo acrônimo CV, redigido originalmente em 1965 para servir como conferência de abertura do Seminário XIII, denominado “O objeto da psicanálise”. O método, apesar de parecer inusitado, é apropriado para a separação momentânea que pretendo fazer entre os nossos sonhos e os do autor.

Minha estratégia será, em primeiro lugar, tentar descrever o que Lacan supostamente diz com esse texto (o ato locucionário); em segundo lugar, tentar descrever o que Lacan fez

⁵ cf. Levinson, 1983, p. 217; sobre os diferentes tipos de pressuposições cf. *idem*, pp. 181-185

⁶ Devemos lembrar que “descrições definidas”, no sentido de Russell (1905), e “nomes”, nos sentidos de Frege (1892) e de Kripke (1980), equivalem a sentenças referentes ao mundo empírico, e não a sentenças psicológicas incapazes de verificação. Tomo aqui então uma liberdade bem mais ampla do que permitem os textos de referência.

⁷ Lacan, 1998a

com esse texto (o ato ilocucionário); e, finalmente, tentar descrever, de maneira geral, o sonho da psicanálise com a ciência (o ato perlocucionário). Há, segundo me parece à luz dos termos com que circunscrevo o problema, um sentido em que o lacanismo pode ser defendido e outro sentido em que ele não pode ser defendido, no que tange ao sentido desse texto. Evidentemente, não tenho nenhuma pretensão científica nesta argumentação, posto que se trata de interpretação proveniente de descrição simples de caso e, como não poderia deixar de ser, mero texto performativo.

O que Lacan pretendia fazer?

Que CV tenha servido como conferência de abertura do Seminário XIII nada notifica sobre o conteúdo tratado nos 23 encontros que se sucederam entre dezembro de 1965 e junho de 1966 ao redor do tema “O objeto da psicanálise”. Nesse seminário, como em geral em todos os demais, as discussões versam sobre os assuntos os mais variados. No Seminário XIII, em particular, discorre-se sobre André Green, Pascal, topologia, Dante e a *Divina Comédia*, Conrad Stein, Ernest Jones, Michel Foucault e *As Palavras e as Coisas*, e, no meio disso tudo, sobre as relações de objeto em psicanálise, tema principal do seminário que Lacan trata, como sempre, de maneira idiossincrática. De modo que tudo facilita para que extraíamos CV tranquilamente do seu arcabouço original, e a tratemos de maneira isolada, como se o desligamento do contexto imediato não afetasse a análise do conteúdo. Já se disse que um texto de Lacan contém em essência absolutamente tudo o que o autor já defendeu anteriormente, desde o princípio da sua atividade intelectual até o momento da sua redação. Nada é jogado fora, os retalhos são apenas retrabalhados e recosturados de outra forma, para servir a uma nova apresentação. Não sei se isso é verdade, mas se for, acaba facilitando o trabalho do taxonomista.

O que Lacan faz com esse texto? Argumenta com o leitor que o sujeito sobre quem opera a psicanálise é o sujeito da ciência⁸, e esta conjuntura, que ele trata de maneira estrutural, quero dizer, pela visada sincrônica e sistêmica mediante a qual transitam, aparentemente abúlicos, o pensar e o sentir, carrega consigo uma série de consequências desta vez lógicas. A primeira e principal delas é a de que o sujeito da psicanálise é correlato do sujeito da ciência.

Que quer dizer isso? A conjuntura a que o texto se refere é a informada pela reflexão proposta por Alexandre Koyré⁹. Seu livro informa a respeito de possíveis efeitos na

⁸ CV, p. 873

⁹ KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*

subjetividade ocasionados pela transição da concepção aristotélico-ptolomaica de um mundo fechado para a de um universo infinito, que ocorreu no auge da Idade Moderna. Explica-se assim: o ser humano antigo, do mundo fechado, tem um lugar assegurado pela sua posição hierárquica no interior de um cosmos multiesferoidal, com um centro estático e imutável. Ali, valores não se separam de fatos. Na esfera mais alta estão a divindade e as estrelas fixas, logo abaixo os planetas, a lua e o sol, e depois, no centro estático, o mundo, o ser humano e os animais. Todos os papéis cosmológicos estão consolidados, os lugares certos estão ocupados, nada sobra e nada falta, e todos já sabem o que fazer. Porém, com a matematização e a mecanização do universo, surgidos na Idade Moderna, todos os seres são imediatamente destituídos dos seus lugares fixos e postos no mesmo plano horizontal e potencialmente infinito. O ideal da razão impõe agora a neutralidade valorativa; por isso fatos e valores não mais se misturam. Tudo agora, como puro fato, passa a ser igual, e nada mais está previamente garantido. Não há mais qualidades, por conseguinte; não há valores a serem considerados. O corpo e a alma podem ser tratados também separadamente, como objetos estanques cuja relação é meramente mecânica. Como questão de princípio, não há sentidos. Logo, o ceticismo é uma ameaça perene, da qual nos salvamos somente no abrigo da matematização e da mecanização do cosmos. O sujeito tem que ser, obrigatoriamente, agente do seu sentido, mas o divórcio entre o saber e a verdade se torna, então, caso definitivo. A verdade situa-se nesse plano supra-humano e inacessível em que deslizam e se deslocam indiferentes os encadeamentos cartesianos da razão, e o saber constitui-se como luta interminável contra as ilusões da percepção, os poderes do autoengano, e a malignidade dos gênios presentes nas *Meditações Metafísicas*, que se comprazem em mentir, trapacear e fraudar. No entender de Koyré, a obra de Descartes marca indelevelmente essa transição filosófica do homem seguro para o vazio de sentido.

Portanto em CV, o sujeito da psicanálise é o herdeiro, um precipitado cultural, digamos, do sujeito da ciência. Dizer que este lhe é correlato significa situá-lo em relação com ele, para entreter, como diz o texto, um determinado tipo de operação evidentemente imersa na mesma conjuntura. Um sujeito, portanto, cindido não somente entre corpo e alma, mas também entre saber e verdade. Um sujeito, como disse o autor em outro texto, este redigido 8 anos antes¹⁰, inerente ao *cogito*, que pensa onde não está e está onde não pensa.

Não há lugar, numa argumentação como essa, para multiplicidades de visões de ciência. A estrutura é uma só, é universal e atemporal, tudo o mais é contingente, porque as

¹⁰ Lacan, 1998b, pp. 519-521

contingências pressupõem, em operação circular, a referida estrutura como condição de possibilidade. Não importa uma ciência transcendental, por exemplo, negociada entre a razão e a experiência; não importa também a ciência empirista, em que a razão não passa de um construto possivelmente distorcido pela ação das paixões; e não importa a ciência romântica, conagração entre arte e explicação sem a preeminência da razão. Importa, exclusivamente, “A Ciência”, enunciada com artigo definido e substantivo no singular¹¹. Essa imagem de “ciência” corresponde à do racionalismo moderno. O cientificismo de Freud, por exemplo, aquele dos ideais naturalistas e empiristas de Brücke, Helmholtz e Du Bois-Reymond, não interessa pela contingência desse fato, mas apenas pelas suas “marcas essenciais”, como sugere o autor¹². Até mesmo a ideia de “ciências humanas”, modelo no qual muita reflexão psicológica foi lavrada, causa “repugnância” em Lacan¹³. Este evoca, não sem propósito, o racionalista Canguilhem¹⁴ para condenar tanto a possibilidade naturalista, quanto a alternativa humanística da psicologia.

Para recuperar a fala, o material de trabalho precípuo da psicanálise, dentro do modelo racionalista, Lacan apela ao que chama de “ciências conjecturais”. Portanto é certo, para ele, que o “pensamento só funda o ser ao se vincular à fala”¹⁵. O desafio, então, é cuidar da subjetividade, desse sujeito que pensa onde não está, de modo não psicológico, não empirista, não transcendental e não romântico. Cuidar da subjetividade no vínculo do pensamento com a fala, tomando a fala de modo calculável, expressando-a numa lógica, como uma função dentro de um campo que, como atestado em outro texto anterior, esse de 12 anos antes, ele chama de “linguagem”. Apresenta-se para ele, nesta perspectiva, o “sujeito da combinatória”¹⁶, tema das chamadas “ciências conjecturais”, nas quais se englobam a teoria dos jogos, a linguística saussuriana e a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, pelo que se depreende de CV. Finalmente, pode-se defender assim que “O inconsciente é linguagem”¹⁷, posto que o pensar e a fala são vinculados como função no campo da linguagem.

Mas o sujeito calculável, no entender de Lacan, tem que ser ao mesmo tempo não saturado. E aqui se deve, a bem da justiça, fazer um reparo ao tipo de racionalismo que encontramos na argumentação desse autor. Lacan pretende tratar de uma matéria que está, por princípio, identificada ao irracional e à acrasia. É, por exemplo, no âmbito do *irracional* que

¹¹ Lacan, 1998a, p. 869

¹² *idem*, p. 871

¹³ *id.*, p. 873

¹⁴ cf. 1983

¹⁵ Lacan, 1998a, p. 879

¹⁶ p. 876

¹⁷ p. 881

um autor como Davidson, por exemplo, tenta compreender o freudismo¹⁸. Mas, em Lacan, a imprevisibilidade e a subversão do desejo, por natureza inconsciente, é transacionada no âmbito do kojevismo¹⁹. Para este célebre introdutor do hegelianismo francês, a categoria metafísica de “desejo” é representada mecanicamente como falta, ou como vazio, e refletida como existência e como trabalho. Lacan, porém, incorpora ao mecanismo um dado adicional, ausente em Kojève: o objeto causa do desejo. Não se trata exatamente de um “objeto do desejo”, um algo que é desejado, mas daquele objeto que determina o desejo e que Lacan denomina especialmente como “objeto *a*”²⁰. Essa causa do desejo permanece inconsciente, absolutamente opaca para o sujeito, mas a fantasia do objeto, necessária em face da opacidade inerente e constitutiva do objeto, o coloca em relação de rivalidade com o *Outro*, cujo objeto de desejo, por sua vez, o sujeito deseja imaginariamente. Temos, portanto, aqui, a disputa imaginária vertida em trabalho, em luta por reconhecimento, mas temos também, concomitantemente, um limite da formalização, espacializada no vazio ocupado pela matéria imaginária superveniente ao objeto causa do desejo. Esta fissura na possibilidade de integração simbólica, ocupada pela fantasia, ocasiona uma divisão originária e composicional do sujeito cuidado pela psicanálise, o seu sujeito específico e que a distingue como disciplina adequada a um sujeito cindido entre saber e verdade, correlato do sujeito da ciência, como já vimos.

Notemos que se evidencia como fundamental em toda a argumentação presente em CV o conceito de “verdade”. Ele está relacionado ao objeto causa do desejo que, também vimos, é absolutamente opaco. Está relacionado concomitantemente à fala, porém como ato falho. Portanto, como manifestação assimbólica, sem sentido, fora das possibilidades de alcance do entendimento e, por conseguinte, propenso aos autoenganos promovidos pelos sintomas. A verdade, assim, configura-se como um raro vislumbre que às vezes escapa pelo espaço resultante da incompletude simbólica, e se oferece como material de trabalho crucial para o analista.

Acompanhando o texto de CV, essa relação com a verdade como causa irá distinguir, finalmente, a psicanálise da magia, da religião e da ciência, propriamente dita. A psicanálise, nesse sentido, afigura-se como única e peculiar no seu tratamento da verdade, em relação às outras três instituições evocadas. Na psicanálise, especificamente, os efeitos da verdade são atos pragmáticos e não, propriamente, consequências lógicas (que poderia ser um outro tipo

¹⁸ cf. Davidson, 2004

¹⁹ cf. Kojève, 1997

²⁰ Lacan, 1998a, p. 877

de ato). Por isso, a psicanálise deve conservar sempre uma reserva de abertura para o inesperado, para o imprevisível, traduzida, na prática, pela escuta do sujeito, pela escuta do inconsciente que diz a verdade na fala, diferente do que ocorre na magia, na religião e na ciência. Na magia, os atos de fala são dissimulados pela troca simbólica entre natureza e encantamento, tal como se verifica no relato de Lévi-Strauss sobre o xamã e a parturiente²¹. A magia, com seus truques de prestidigitação entre o empírico e o simbólico, implica um *recalque* da verdade. A religião, por seu turno, captura a verdade numa operação escatológica. A revelação é adiada então para um tempo futuro, para o juízo final, e, com isso, a fantasia religiosa acaba por *denegar* a verdade. E a ciência, por fim, simplesmente nada quer saber da verdade como causa. Ela se encerra sobre si mesma, opera simplesmente uma *forclusão*, e torna-se, nos termos lacanianos, uma paranóia garantida pelo apagamento da subjetividade.

Como Lacan fez o que pretendia?

Lacan foi o promotor de uma virada linguística na psicanálise, assim como Frege fomentou, com a fundamentação lógica da matemática, uma virada linguística na filosofia. Em ambos os casos, pretendia-se uma despsicologização da disciplina. Em ambos os casos também, incorreu-se, de certa forma, numa substancialização da linguagem para lograr o plano. Frege concebeu a lógica como uma sorte de terceiro reino, como um ente objetivo, independente do mundo mental e do mundo empírico; e o mesmo fez Lacan, mediante recursos racionalistas de vários naipes, como vimos.

Mas, à diferença de Frege, o materialismo do significante, o tratamento da linguagem em terceira pessoa, por parte de Lacan, vem acompanhado de uma característica adicional importante: a personificação. O desejo, a vontade, o pensamento, o sentir do sujeito são despossuídos de agentividade na teoria, pois ela indica exclusivamente os mecanismos frios e incólumes da troca entre os significantes, e a dinâmica do intercâmbio entre os registros do imaginário, do simbólico e do real, como encarregados absolutos da verdade do sujeito. Na teoria não se ouve, então, o sujeito, ouve-se o significante desse sujeito para apreender o que escapa à simbolização, ou para acolher a emergência da sua verdade. Sei que a afirmação de que “não se ouve o sujeito” soará como totalmente inaceitável para o seguidor mais fiel de Lacan. Provavelmente ele terá certeza de que o sujeito desencarnado²² é precisamente a garantia de que aquele que comparece na fala, o fará sem abstrações, isto é, possuído justamente com a concretude da sua história e a singularidade do seu sofrimento revelados *na*

²¹ cf. 2008

²² cf. Lacan, 1998a, p. 873

fala. O praticante do lacanismo (suponhamos que isso exista) tem certeza de que o sujeito da fórmula da fantasia é o antípoda do sujeito da psiquiatria e da indústria psicofarmacológica. Ele sabe que a função operada pelo matema é justamente a de assegurar o vazio mediante o qual o real poderá irromper em ato, descosendo a cadeia simbólica, se a teoria despseudologizante for aplicada corretamente na clínica. O que não é o caso nas intervenções psiquiátricas. Por isso, quem tem essa certeza, troca, na realidade, o empírico pelo gramatical, e consolida uma falácia argumentativa: como quem tem certeza de que o metro padrão mede um metro e de que a cor vermelha é vermelha. Porque a fala e a lógica da fala podem afigurar-se como ações e fatos distintos em cada aplicação, em cada emprego da fala em que esses instrumentos são utilizados, assim como a diferença abstrata entre distância empírica de 1 metro e o metro-padrão, e uma mancha de cor vermelha empírica e o conceito de vermelho pelo qual alguém a compreende.

O fato é que os conceitos mobilizados pelo autor para a sua tarefa de transformação linguística da psicanálise são cartesianamente indubitáveis. Não poderia ser de outra maneira, pois funcionam também como pontos arquimédicos. É interessante observar, nesse sentido, que em outros textos Lacan chega mesmo a chamar suas fórmulas de *axioma*: “...nosso axioma que funda o significante como ‘aquilo que representa um sujeito [não para outro sujeito, mas] para outro significante’”²³. Não seria nada difícil para um seguidor de Lacan inferir, nesse sentido, que a “verdade”, em sua teoria, é um axioma. Mas a palavra “axioma”, nesses casos, seria utilizada com o significado restrito de postulado indubitável ou ponto de partida inquestionável. Pois não se marca nenhuma diferença fundamental com o uso da mesma palavra na teoria dos conjuntos, de onde Lacan a toma por empréstimo, para que o leitor de teoria psicanalítica possa checar se compra gato por lebre. Na teoria dos conjuntos, axiomas são princípios de um sistema circunscrito a uma aplicação dedutiva regional. A partir deles se faz uma série de derivações e transformações que geram teoremas. E esses sistemas são operatórios apenas em determinados tipos de prova. Desde que se descobriu, no século XIX, que a geometria euclidiana não tinha validade universal, o método axiomático foi adotado apenas como uma solução possível de antinomias inevitáveis em teoria dos conjuntos, isto é, como alternativa filosófica aos métodos logicistas e intuicionistas²⁴. Pode-se também axiomatizar certas teorias da física, mas, de novo, a vantagem e o uso são circunscritos a operações dedutivas e internas das teorias, pois elas mesmas, tomadas em sua totalidade e em sua relação com o mundo empírico, são inferências indutivas, sempre

²³ Lacan, 2003a, p. 207; cf. tb. 2003b, p.327; e 2003c, pp. 537-538

²⁴ cf. Fraenkel, Bar-Hillel & Levy, 1973, pp. 1-14

passíveis de falsificação²⁵. Mas em Lacan a palavra “axioma” parece uma dissimulação da palavra “dogma”, nada mais, já que não se veem as derivações lógicas desses axiomas, nem ficam esses postulados circunscritos a uma região dedutiva da teoria. Em vez disso, as operações inferenciais em pauta são exclusivamente, como digo, as que se depreendem de pressuposições.

Princípios fundamentais, pontos arquimédicos, convicções operatórias são melhor compreendidos como proposições gramaticais. Funcionam como pressupostos, não como axiomas. Mas se postulo como argumento lógico que Deus é, ao mesmo tempo, uno e trino; que a revelação divina se realiza de três diferentes formas; e que este é um mistério que o ser humano não é capaz de alcançar; então, mesmo que garanta que este é o postulado que assegura a verdadeira abertura da humanidade para o sujeito da fé, o postulado não passa de um dogma, por mais criativo, convincente e democrático que seja o teólogo da trindade. As pessoas que acreditam no postulado estarão convencidas por uma falácia argumentativa, se o critério de evidência não for apresentado como mera pressuposição. Nesta hipótese, então, a teologia da trindade se converterá, no melhor dos casos, num encantamento mágico, ou, numa faceta mais terrível e triste, poderá arregimentar uma malta de fanáticos beligerantes. Nesses casos, ela deixará de lado sua vocação religiosa de expressão de sentimento e de pertencimento comunitário.

Infelizmente, a defesa do lacanismo costuma ser uma apologética. Comportamento que, diga-se de passagem, serve como mais uma evidência de que não há axiomas nessa teoria. Mas se presumimos que operações inferenciais de determinadas pressuposições são concebidas especificamente para uso da teoria na clínica, então não deveria ser assim, de fato. Em princípio, nada há de errado no uso de uma mitologia esclarecida. Elas se prestam, bem ou mal, para iluminar o mundo empírico e justificar certas práticas. Mas certamente não se prestam como defesa de qualquer privilégio epistêmico. Pressuposições são derogáveis se aceitamos sua inconsistência diante de uma nova aquisição cognitiva ou frente a outro suposto de fundo. Porém, a sua derogabilidade depende de aceitação, sem o que se transforma facilmente em dogma.

De quem é o sonho do filho que queima, afinal?

O sonho inaugural do capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos*²⁶ não era da paciente que o relatou a Freud. Ela soube dele numa conferência à qual, supostamente, concorreu.

²⁵ cf. Sant’Anna, 2003, pp. 107-128

²⁶ Freud, 2001, p. 436

Trata-se de um sonho de outra pessoa por ela apropriado. Freud o analisa, mesmo assim. Um pai ouve do filho morto uma reclamação de que seu corpo se queima porque a vela que o iluminava caiu sobre o caixão. Na frase, muito mal traduzida ao português, este filho reclama: “Pai, não vês que estou me queimando?”.²⁷

Gostaria de seguir o modelo de introjeção de sonhos alheios, e tomá-lo agora não como sonho de um pai, mas como um sonho de Freud. Repare o leitor que este sonho ocorre justamente no capítulo VII, que marca tradicionalmente uma divisão entre a parte interpretativa do livro, em que sonhos são tratados em conexão com o sonhador, e a parte explicativa, em que sonhos são tratados em terceira pessoa. Não parece um acaso. Assumirei então que se trata de um sonho da psicanálise e sua relação com a ciência. Neste sonho, a psicanálise admoesta a ciência pelo seu descuido, e dela reclama maior atenção à relação paternal. A psicanálise é uma filha descuidada da ciência porque ainda não foi plenamente acreditada. Para isso serve o capítulo VII, trata-se da elaboração de uma certidão de nascimento para ingressar no seio da família da ciência. Resta saber se a certidão é válida. Este é o desejo que o sonho de Freud realiza.

CV não é muito diferente. Mas agora a psicanálise já não é mais tão jovem. É uma adolescente que deseja sair com roupas de sua própria escolha. Lacan reclama uma relação de paternidade, mas diferencia claramente a psicanálise da ciência, da religião e da magia. Contudo, sua argumentação filosófica ainda confunde o empírico com o conceitual, defende dogmas travestidos de axiomas, mas o espírito é acertado. A psicanálise transformada por Lacan em teoria do inconsciente estruturado como linguagem, centrada no sujeito concreto e na sua história de vida, é uma promessa frutífera, que deve amadurecer ainda mais, consolidar sua independência, gerar descendência e revolucionar a clínica do sofrimento psíquico. Tão logo cesse a apologética e se inicie a reflexão autocrítica. Essa é a única forma de relativizar nossas pressuposições e agir com autonomia, evitando o encobrimento da subjetividade, o encontro com o sujeito concreto, vistos em geral nos métodos da magia, da religião e das diferentes ciências.

²⁷ A tradução na língua portuguesa denuncia sua origem na versão inglesa. Em alemão não existe um presente progressivo. Quando se quer expressar que a ação de queimar continua a ocorrer no momento da enunciação, e que se trata de um fato pontual e não habitual, basta que o verbo se decline no presente do indicativo (Vater, siehst du denn nicht, dass ich verbrenne?). Em português esta mesma ideia se expressa com um verbo auxiliar e outro no gerúndio, mais o complemento (“... estou me queimando”). E em inglês, utiliza-se o presente contínuo (Father, don’t you see I’m burning?). O tradutor ficou presumivelmente colado na forma do presente contínuo do inglês, e colocou em português o verbo queimar como se fosse intransitivo, omitindo o objeto para nós necessário. O interessante, a meu ver, não é o erro de *tradução*, mas o fato de que toda uma *tradição* de literatura psicanalítica continua a repetir indefinidamente um erro tão simples de se notar. Não seria isso uma boa definição de sintoma?

Referências

- CANGUILHEM, G.. “Qu’est-ce que la psychologie?”. In: *Etudes d’histoire et de philosophie des sciences*. Paris: Vrin, pp. 365-381, 1983.
- DAVIDSON, D. “Paradoxes of irrationality”. In: *Problems of rationality*. Oxford: Clarendon Press, pp. 169-187, 2004.
- FEYERABEND, P. *Against method. Outline of an anarchistic theory of knowledge*. London: New Left Books, 1975.
- FRAENKEL, A., BAR-HILLEL, Y. & LEVY, A. *Foundations of set theory*. 2nd revised edition. Amsterdam: Elsevier, 1973.
- FREGE, G. “Sobre o sentido e a referência”. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo, Edusp, 2009, pp. 129-158, [1892].
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 2001, [1900].
- HUANG, Y. “Types of inference: entailment, presupposition, and implicature”. In: BUBLITZ, W. & NORRICK, N. (eds.). *Foundations of pragmatics*. Handbook of pragmatics, vol I. Berlin: De Gruyter, 2011.
- KOJÈVE, A. *Introduction à la lecture de Hegel*. Paris: Gallimard, 1997.
- KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Tradução de Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.
- KRIPKE, S. *Naming and necessity*. 2nd ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LACAN, J. (1998a). “A Ciência e a verdade”. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 869-892, 1998a.
- _____. “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 496-533, 1998b.
- _____. “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 238-324, 1998c.
- _____. “Problemas cruciais para a psicanálise”. In: *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 206-209, 2003a.
- _____. “A lógica da fantasia”. In: *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 323-328, 2003b.
- _____. “Televisão”. In: *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 508-543, 2003c.
- LÉVI-STRAUSS, C. “A eficácia simbólica”. In: *Antropologia estrutural*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cossac Naify, pp. 201-220, 2008.
- RUSSELL, B. “On denoting”. In: *Mind* 14, pp. 479-493, 1905.

SANTOS, B. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2000.

SANT'ANNA, A. *O que é um axioma?* São Paulo: Editora Manole, 2003.